



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

## MENSAGEM Nº 020 - DO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADOPOLIS

Pradópolis, 20 de maio de 2017.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Tenho a honra de encaminhar, à elevada deliberação dessa colenda Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que: **“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA ASSISTENCIAL E EMERGENCIAL DENOMINADO “PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO – PRADOPOLIS TRABALHANDO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, a fim de que sua apreciação ocorra com a máxima urgência possível, nos termos do “caput” do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como observadas as disposições pertinentes do Regimento Interno dessa ilustre Casa Legislativa.

A contratação de trabalhador por tempo determinado, a ser realizado como Frente de Trabalho, a ser autorizada por este projeto de lei, visa combater o desemprego no Município de Pradópolis e atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Para a prestação dos serviços, o pessoal contratado/assistido na forma desta lei, executará precipuamente, as tarefas manuais, de serviços gerais, que exigem esforço físico, a saber: Mutirões de limpeza em terrenos de propriedade do Município, construções, praças e jardins; Atividades de conservação de vias, limpeza de bocas de lobo e galerias de águas pluviais; Atividades de capina e limpeza de ruas, parques, jardins e demais logradouros públicos; Plantio de árvores; Atividades de retirada de entulhos de terrenos baldios, entre outras tarefas braçais.

Com isso tentaremos minimizar o problema social grave que aflige não só Pradópolis, mas todo o Brasil. Por esta razão, alguns critérios para participação no Programa são essenciais, especialmente residir no mínimo há 02 anos em Pradópolis.

Além disso, nossa cidade precisa de uma grande limpeza e atualmente a Prefeitura não dispõe de todo o pessoal para realizar estas ações.

Os respectivos dispêndios têm natureza assistencial e não salarial, o que os afasta do conceito de “despesa com pessoal”.

Diante do exposto, aguardo de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, que reconheçam a importância deste projeto de lei, colocando-o em discussão e votação, com a máxima urgência possível.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

---

À oportunidade reitero a Vossa Excelência e demais Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,



**SILVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor Vereador, **THIAGO AQUINO ALVES**, Presidente da Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

## PROJETO DE LEI 019/2017

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA ASSISTENCIAL E EMERGENCIAL DENOMINADO “PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO – PRADÓPOLIS TRABALHANDO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo, em Sessão \_\_\_\_\_ realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017, **APROVOU** e eu **SILVIO MARTINS** - Prefeito Municipal **sanciono e promulgo** a seguinte...

### LEI:

**Artigo 1º** - Para combater o desemprego no Município de Pradópolis e atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público, fica o Poder Executivo autorizado a criar o **“Programa Frente de Trabalho – Pradópolis Trabalhando”**, o qual possui um caráter meramente assistencialista e social, proporcionando renda para os trabalhadores integrantes da população desempregada residentes na cidade de Pradópolis, bem como a contratar trabalhador por tempo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

**§ 1º** – Os serviços a serem executados pelo pessoal contratado/assistido na forma desta lei deverão ser de utilidade pública e realizados através de Frentes de Trabalho a serem constituídos de acordo com a necessidade da Administração.

**§ 2º** - Para a prestação dos serviços, o pessoal contratado/assistido na forma desta lei, executará precipuamente, as tarefas manuais, de serviços gerais, que exigem esforço físico, a saber:

- I- Mutirões de limpeza em terrenos de propriedade do Município, construções, praças e jardins;
- II- Atividades de conservação de vias, limpeza de bocas de lobo e galerias de águas pluviais;
- III- Atividades de capina e limpeza de ruas, parques, jardins e demais logradouros públicos;
- IV- Plantio de árvores;

*Suis*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

V- Atividades de retirada de entulhos de terrenos baldios;

**Artigo 2º** - As contratações por tempo determinado com base nesta lei, destinadas ao pessoal desempregado, serão regidas pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e terão prazo máximo de 06 (seis) meses de duração, podendo ser prorrogadas uma única vez por conveniência e oportunidade da Administração, em até 06 (seis) meses.

**Paragrafo único:** Findo o prazo estabelecido no artigo acima, o assistido será automaticamente excluído do programa, cancelando-se o pagamento imediato do auxílio financeiro.

**Artigo 3º** - O Departamento Municipal de Assistência e Promoção Social terá até 30 vagas, que serão ocupadas por desempregados maiores de 18 (dezoito) anos de idade e que comprovarem as condições para o alistamento no programa, mediante processo de seleção/credenciamento, precedido de edital a ser divulgado nos meios de comunicação e as vagas serão distribuídas observados os seguintes requisitos:

I - situação de desemprego igual ou superior a 1 (um) ano, desde que não seja beneficiário de seguro-desemprego ou qualquer outro programa assistencial equivalente;

II - residência, no mínimo pelo período de 2 (dois) anos no Município de Pradópolis;

III - apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar.

IV – habilidades específicas, quando a atividade a ser desenvolvida a exigir;

**§ 1º** - No caso do número de alistamento superar o de vagas, por município, a preferência para a participação no Programa, será definida mediante a aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

I - maiores encargos familiares;

II - mulheres arrimo de família;

III - maior tempo de desemprego;

IV - mais idade.

**§ 2º** - O cadastramento de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito pela Administração Municipal em conjunto com o Departamento Municipal de Assistência e Promoção Social do Município, através de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

processo de seleção / credenciamento de forma a garantir a aplicação dos princípios constitucionais estatuídos no caput do art. 37 da Constituição Federal, em especial o princípio da impessoalidade.

**Artigo 4º** - Os contratados terão um auxílio financeiro equivalente a **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** por mês, condicionada a concessão desta última à assiduidade no trabalho, na forma da regulamentação pertinente, devendo cumprir jornada semanal de **25 horas de trabalho**.

**Paragrafo único:** Com relação ao auxílio financeiro citado no caput, aplicar-se-á o seguinte:

- a) Possui caráter indenizatório;
- b) Os valores despendidos a seu título não terão natureza salarial, nem constituirão quaisquer espécies remuneratórias, não se incluindo na base de calculo para efeito de apuração de gastos com pessoal a que se reporta o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- c) Não se configura como rendimento tributável, nem sofrerá incidência da contribuição previdenciária;

**Artigo 5º** - No caso de ausência injustificada do assistido no local de desenvolvimento dos serviços, o mesmo será excluído do presente da Frente de Trabalho, entendida esta como sendo a ausência do assistido que não esteja fundamentada nos seguintes motivos:

I – Doença do assistido ou de membro da família, devidamente comprovada por atestado médico fornecido por profissional do Departamento Municipal de Saúde;

**Paragrafo único:** Os assistidos excluídos deste programa por ausência injustificada não serão reinseridos no programa, senão após o lapso de 12 meses.

**Artigo 6º** - A família do trabalhador da Frente de Trabalho não estará excluída de outros programas assistenciais e sociais existentes no Município ou que sejam oportunamente criados.

**Artigo 7º** - A participação neste programa não representa, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou contratual com a Administração, eis que de caráter assistencial e, não se revestindo das características que configuram tal vínculo.

**Artigo 8º** - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO – CNPJ 48.664.296/0001-71

---

**Artigo 9º** - As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei serão suportadas com dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

**Artigo 10º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pradópolis, em 22 de maio de 2017.



**SILVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal de Pradópolis